

CULTIVO DE ÓLEO DE PALMA E A ADMINISTRAÇÃO DO USO DO SOLO PELO GOVERNO MALAIO

Joice Carla Moreira Ferreira¹

Resumo

A produção agrícola da Malásia é caracterizada por um sistema em que convivem a produção especializada, normalmente chamada de plantation, e a não-especializada, baseada em pequenos produtores. Na especializada predomina as culturas voltadas ao mercado externo, os pequenos produtores se dedicam às lavouras para o mercado de alimentos sendo os terraços de arroz, o principal cultivo alimentício malaio. A palma foi introduzida na Malásia no começo do século XX como uma planta ornamental e depois plantada comercialmente, dando origem à indústria de óleo de palma. A crescente produção de óleo de palma tem recebido muita atenção pelo mundo afora. É considerado o ‘petróleo agrícola’ da região, por ser um óleo de uso alimentício, medicinal, oleoquímico e industrial, sua demanda tem aumentado de forma significativa nos últimos anos. Sendo sua expansão motivo de grande preocupação de ONG’s internacionais que condenam o avanço do plantio sobre as florestas tropicais. A área de plantação é um pouco mais de 4 milhões de hectares, utilizando mais de 60% da terra usada para agricultura. O uso da terra, é objeto de controle do Estado, o governo define estratégias e objetivos de política agrícola, mas não impõe restrições quanto a produção.

Palavras-chave: Malásia. Produção. Óleo de Palma

¹ Graduanda do Curso de Ciências Geográficas pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - Brasil. E-mail: joicecarlaf@hotmail.com

Introdução

A produção agrícola da Malásia é caracterizada por um sistema em que convivem a produção especializada, e a produção não-especializada, baseada em pequenos produtores. A produção especializada predomina nas culturas voltadas ao mercado externo, do outro lado os pequenos produtores se dedicam às lavouras para o mercado de alimentos. A produção crescente de óleo de palma tem recebido muita atenção pelo mundo, o óleo é considerado o ‘petróleo agrícola’ da região, por ser um óleo de uso alimentício, medicinal, oleoquímico e industrial. Sua demanda tem aumentado de forma significativa nos últimos anos, sendo motivo de grande preocupação de ONG’s internacionais que condenam o avanço do plantio sobre as florestas tropicais. A palma ocupa na Malásia uma área equivalente a pouco mais de 4 milhões de hectares, utilizando mais de 60% da terra usada para agricultura.

Análise

Área de Estudo

A Malásia (figura 01) é um país localizado no sudeste asiático, sua capital é Kuala Lumpur, é dividido basicamente em duas grandes porções de terra, separadas pelo mar do sul da China. Uma é continental, limitada, ao norte, pela Tailândia e ao sul por Singapura e a outra é insular, basicamente na ilha de Bornéu, toda limitada pela Indonésia, de oeste a leste.

O clima é quente e úmido e caracterizado, por monções, o relevo é formado por planícies e regiões montanhosas, e a rede hidrográfica não é muito densa, não possuindo, nenhum rio de grande importância.

Figura 01 – localização da Malásia



Fonte: Portal PUC Minas

Um país pequeno mais considerado urbanizado quando comparada aos seus vizinhos, sua população estava estimada em mais de 25 milhões de habitantes no ano de 2008.

Religião

O islã é a religião oficial e também a maior, com 60,4% da população praticante. Todos os malaios são reconhecidos oficialmente como muçulmanos, caso se convertam a outra religião a constituição força deixarem de ser reconhecidos como malaios. Apesar do islã ser a religião oficial do estado, a constituição garante liberdade religiosa. Outras religiões na Malásia incluem: budismo, cristianismo, hinduísmo, confucionismo, taoísmo, dentre outras ou nenhuma religião.

Essa estratificação religiosa da população é um determinante dos hábitos de consumo de alimentos dos malaios. Segundo a Professora Paula Rondinelli (2005) em

seu artigo sobre alimentação e religião, “No que se refere ao campo das religiões, a alimentação tem um papel fundamental no cotidiano de seus adeptos: permissões, proibições e jejuns são regulações religiosas simbólicas constantemente exercidas”.

Agricultura

Líder na produção, comércio e distribuição de produtos com certificação Halal, alimentos que tem o consumo permitido, como verduras, carne de ovelha e galinha. Segundo o pesquisador Saulo Nogueira e André Meloni (2008) na agricultura malaia convivem dois tipos de produção agrícola, os produtos tropicais, óleo de palma, borracha, cacau e floricultura, com forte orientação exportadora, e os produtos voltados ao mercado doméstico de alimentos, arroz e produtos hortícolas, principalmente. Organizada em geral em três tipos de produtores: as companhias privadas, produtores comerciais, e pequenos produtores, divididos em dois grupos, que podem ser independentes ou gerenciados pelo governo por meio de programas de assentamento rural. O arroz é o produto que recebe mais atenção do governo, ele é objeto de políticas de sustentação de preço por meio de instrumentos de preços de intervenção e controle de importação, esse tipo de política não é utilizado nos demais produtos.

Ainda segundo Meloni e Nogueira, os terraços de arroz são plantados em todo o país em pequenas fazendas, ocupando um território que antes era floresta tropical. São usadas técnicas avançadas de irrigação, drenagem e foram introduzidas variedades de maior rendimento para ampliação da produção, mas ainda sim a Malásia precisa importar arroz para alimentar sua crescente população. Na produção animal, destaca-se a produção de frango e de suínos, sendo o frango a principal fonte de proteína animal no país.

Palma

De origem africana, mais especificamente África Ocidental, a quase 5.000 anos, a palma (figura 02) tem sido importante fonte alimentícia para os seres humano. Introduzida na Malásia no começo do século XX, como uma planta ornamental e plantada comercialmente e em larga escala pela primeira vez em 1917, dando origem à indústria de óleo de palma da Malásia, o óleo mais produtivo no mundo.

De cultivo perene, começa a produzir frutos a partir de 3 anos, depois de semeada, tem uma vida econômica de 20 a 30 anos. Anualmente, pode render por hectare até 5 toneladas de óleo, representando de 5 à 10 vezes mais que qualquer outro cultivo comercial de óleo vegetal.

Figura 02 - palma ou palmeira de dendê



Segundo os agrônomos Ismael Viégas e Antonônio Mülle (2008), vários processos operacionais são utilizados para obter o produto acabado. O primeiro passo do processamento produz o óleo bruto, extraído do mesocarpo do fruto. Na segunda fase pode ser refinado ou também fracionado usando um processo de cristalização e separação simples onde são obtidas frações sólidas e líquidas.

Passando ainda por outros processos como: refino, pré-tratamento ácido, branqueamento e a destilação.

Estrutura Fundiária

Geralmente, as regras sobre o desenvolvimento da terra pode ser visto como uma política fundiária que é via de regras para orientar o uso eficiente da terra Lichfield,1980. Em termos de tamanho médio das propriedades, as maiores não têm mais do que 200 ha. Quando comparada a de países como China e Índia, a estrutura fundiária da Malásia destaca-se pela existência de propriedades rurais de maior tamanho.

As políticas de terra são um conjunto de regras na forma de leis escritas, destinadas a resolver problemas que têm surgido relacionados com a terra. Goh Ban Lee, 1980. O governo define estratégias e objetivos de política agrícola por meio de planos com longos períodos de duração, assim como nos demais países asiáticos, é um instrumento efetivo de definição da produção do setor agrícola.

Conforme estudo de Nogueira e Meloni um motivo de preocupação é a competição da produção de material para bioenergia e a diminuição da produção de alimentos, principalmente o arroz que é básico na alimentação malaia.

O uso da terra, seja para agricultura ou para uso em outros setores, é objeto de controle do Estado. O Conselho Nacional da Terra, órgão federal que foi estabelecido pela Constituição do país, é responsável pela formulação da política nacional para promoção e controle da utilização da terra. Embora o uso da terra seja considerado assunto de Estado, o governo não impõe restrições quanto à produção agrícola. Assim, os malaios consideram que a legislação referente ao uso da terra não pode ser considerada uma restrição ao desenvolvimento do setor agrícola. Na prática, no entanto, a existência de programas de assentamento de produtores mostra que o uso da terra é, em parte, definido por políticas governamentais.

Nogueira e Meloni destacam que os programas de assentamento rural na Malásia não visam à repartição da terra, nem têm objetivos de reforma agrária. Um dos programas tem como objetivo consolidar os pequenos produtores, buscando aumentar sua competitividade.

Objetivo da política econômica é erradicar a pobreza e reestruturar a riqueza, implementando a política fundiária e medidas de planejamento ambiental. Josie, 2000.

Em função da escassa disponibilidade de terra e da exigente ocupação da palma na incorporação da terra ainda disponível para agricultura, um dos grandes desafios do

país é inovar a produtividade. Produtividade é ainda mais importante no contexto atual, em que a sustentabilidade ambiental da palma é posta à prova na medida em que a expansão da cultura pode estar influenciando no desflorestamento (foto 01). Incrementar a produtividade de culturas como arroz, que vem perdendo área, mas ainda se mantém como o principal produto da cesta básica, e da palma, principal produto de exportação do país, se tornaram objetivos da política agrícola da Malásia.

Foto: Rhett A. Butler

Foto 01 - Plantações de palmeira próximo de Lahad Datu, Malásia.



Singh, 1995, observou que existem questões sobre o controle o uso e ocupação dos solos, mercado e da estrutura institucional que prevalecem no estudo do solo urbano, na Malásia. Mais importante ainda, as questões da terra urbana dentro de uma sociedade pluralista, parece ter um conflito entre as normas ambientais e da política de desenvolvimento da terra. Por um lado, o governo promove o desenvolvimento da terra no país por mais um fósforo e da sociedade equilibrada e, por outro lado, existem certas precauções normas ambientais estabelecidas para proteger dos perigos. Algumas das leis usadas para orientar a política de uso das terras são:

- a. O código nacional de terras de 1965

Baseado no sistema Australiano tem como principal função administrar de maneira prática as terras do país, vem sofrendo gradativas alterações para atender a diversidade social, uma das alterações foi para impedir que estrangeiros comprassem terras consideradas para agricultura e construção. As dificuldades de aplicação do código dependem de cada estado, já que a terra é de questão do estado e cada estado tem o controle sobre suas terras, gerando algumas vezes conflitos entre governos estaduais e federais, atrapalhando assim o desenvolvimento. Como se tivesse sido previsto confrontos deste tipo o código o código 91 estipula:

Formular, de tempos a tempos, em consulta com o Governo Federal, Governo do Estado e o Código Nacional de Terras de uma política nacional para a promoção e controle da utilização dos terra em toda a federação para a mineração, agricultura, silvicultura ou qualquer outro propósito, e para o administração de todas as leis relativas aos mesmos, e os Governos Federal e Estados devem seguir a política formulada de tal forma.

b. Expropriação e indenização – aquisição de terras de 1960

Ball em 1996 observou que o poder de compra obrigatória suporta o conjunto de negociações de terra a fim de evitar situações em que proprietários individuais pode congelar o desenvolvimento por se recusar a vender. A lei também impõe que o governo pode adquirir terras para fins públicos com pagamento adequado. Havendo muitos casos de resistência por parte dos proprietários alegando que o valor pago não é o justo.

c. Planejamento e regulamentares relacionadas com o desenvolvimento de 1974.

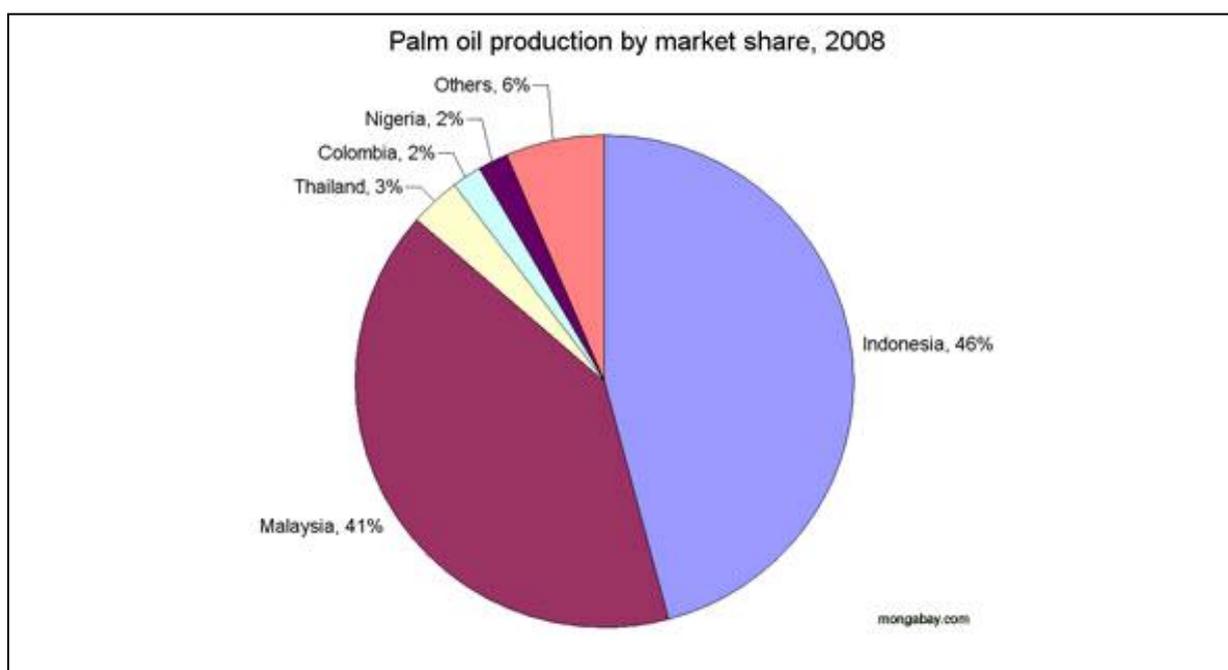
Um dos parágrafos estabelece que nenhuma pessoa deve começar ou realizar qualquer desenvolvimento sem que permissão de planejamento em matéria de desenvolvimento tenha sido concedida. Ao aplicar a permissão de planejamento para o desenvolvimento, o atraso pode prolongar a terra processo de desenvolvimento e gera custos mais elevados de desenvolvimento.

Exportação

Juntamente com a Tailândia, Filipinas e Indonésia formam os Tigres Asiáticos da nova geração ou os Novíssimos Tigres Asiáticos, sinônimo de nação que alcançou o crescimento com um modelo econômico voltado para exportação.

É ainda o maior produtor mundial de borracha, óleo de palma, madeira e estanho, resultado da união da Malásia Ocidental com a Malásia Oriental. O sucesso econômico deve-se ao desenvolvimento dos seus recursos naturais em áreas antes inacessível e ocupado por agricultores que praticavam uma agricultura itinerante através de queimadas. Hoje tem por principais parceiros comerciais o Japão, EUA, Singapura e Alemanha.

O gráfico 01 demonstra a produção de óleo de palma no ano de 2008, analisando pode-se observar que a Malásia, só perde em produção de óleo de palma para a Indonésia. Gráfico 01



O plantio de palma é um item muito importante para os setores agrícolas desses países, sem contar que a exportação do óleo de palma é uma fonte importante de recursos externos para todos eles.

Cultura e Alimento

A Malásia dispõe de um elevado grau de especialização da produção de produtos tropicais, sobretudo no caso da palma, e as limitações de diversificar a base produtiva da agricultura malaia, seja por escassez de terra, seja pela especialização, representantes do governo e do setor privado têm enfatizado que o país deverá se transformar em um centro de distribuição de produtos com a certificação Halal na Ásia. A estratégia faz sentido na medida em que 60% da população são muçulmanos, e os produtores, processadores e distribuidores já possuem forte avaliação para garantir que os alimentos sejam produzidos segundo as práticas estabelecidas pela religião islâmica. Os produtos com a certificação Halal são, ainda, reconhecidos como padrões de qualidade, de segurança e de higiene. O país está estendendo essa obrigatoriedade para outros tipos de alimentos, tais como lácteos e derivados de trigo. O país procura se posicionar mais uma vez como referência só que neste caso no mercado de produtos usados na cesta básica da população muçulmana.

Conclusões

A Malásia tem condições climáticas e de solo ideais para produção de palma, vem apresentando contínuos ganhos de produtividade. No entanto, o debate sobre a disponibilidade de terra para produção de palma, o custo ambiental e a competição entre o produto e os cultivos para alimentos é crescente. Apesar da corrida na produção de produtos com a certificação halal a produção de arroz ainda não é suficiente, tendo que ser importado juntamente com milho e soja, a importação do milho deve-se ao fato da também crescente criação de frango.

As áreas plantadas com palma geram competição por terra com as demais culturas agrícolas e com as áreas para produção de madeira. A Malásia esta se especializando cada vez mais na produção de palma, tornando sua agricultura ainda mais dependente do produto. Chamando a atenção no setor agroindustrial o grau de especialização que o país vem desenvolvendo na produção de produtos tropicais, florestais e Halal. Apesar dos conflitos de aplicação da lei, e da principal Lei de uso de solo estar com quase 46 anos, existe um esforço e interesse em atualizá-la visando o desenvolvimento e bem estar da nação malaia.

Referências

- A indústria de palmeira de óleo adentra a Floresta Amazônica. Rhett Butler, mongabay.com. Traduzido por Marcela V.M. Mendes .11 de Julho, 2008 Disponível em: <http://pt.mongabay.com/news/2008/0711-080709-amazon_palm_oil.html> acesso em 12 out.10.
- BAUM, AE ; BD, Macgregor. A disponibilidade de terras para cidades do interior desenvolvimento: um estudo de caso do Manchester interior, Estudos Urbanos. 1988. 25 (1), pp 62-76.
- MAPAS, Conjuntura Internacional, Portal PUC Minas. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura/index1.php?PHPSESSID=73ff600245cf0a13d2de996f7f021a67&tipo_form=mapas&menu=930&cabecalho=29&lateral=6&FLD_PROCURA=Procurar&FLD_SEQ=&botao_proc=Procurar> acesso em 28 out.10 às 11:25h
- NETO, Manoel Castro. Matérias-Primas para Biocombustíveis. **Blogspot**, em: 3 jul 2008. disponível em: <<http://materiaprimas.blogspot.com/2008/07/leo-de-palma.html>> acesso em 14.10.10.
- NOGUEIRA, Saulo. Especial Indonésia e Malásia. **Agroanalysis**, São Paulo, edição nº02. volume 28 Fev. 2008. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/index.php?area=conteudo&esp_id=28&from=especial>. Acesso em: 13 outubro 2010.
- NOGUEIRA, Saulo; NASSAR, André Meloni. Idonésia e Malásia os gigantes do óleo de palma e dos produtos halal. In: **IconeBrasil**. Fevereiro, 2008. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/arquivos/noticia/1575.pdf>> acesso em set. 2010
- OMAR, Ismail. Regras que afetam o processo de urbanização na Malásia – Uma revisão sobre o regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental. In: 8ª. PACIFIC RIM CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE REAL ESTATE 21^R. -23, 2002. Nova Zelândia Lincoln University. Nova Zelândia, 2002. Disponível em: <http://www.prrs.net/Papers/Omar_Rules_affecting_the_land_development_process_in_malaysia.pdf>. acesso em: 02 fev.11.